

COMISSÃO ELEITORAL

TRIÊNIO - 2024 a 2027

ELEIÇÕES
2024
SINDJUS



Olá, Filiado(a)
ao Sindjus/DF!!!

No dia 02 de abril,
das 9 às 18 horas

Participe!!! VOTE!!!

**ESCOLHA OS REPRESENTANTES QUE VOCÊ QUER QUE
ESTEJAM À FRENTE DO SINDJUS-DF NO TRIÊNIO 2024/2027.**

Serão realizadas as Eleições do SINDJUS-DF, no dia 02 de abril de 2024, nos locais de trabalho dos filiados ao Sindicato, exerça o seu direito e dever de escolher a Chapa e os Membros do Conselho Fiscal que querem ter conduzindo o nosso SINDJUS e as nossas lutas.

É votando e participando das ações do Sindicato que se constrói a sua história e as suas conquistas, que são em benefício de toda categoria. Portanto, os filiados têm papel preponderante, imprescindível e muito importante no rumo que o SINDJUS irá trilhar.

As Eleições deste ano, pela primeira vez, serão realizadas de forma mista, com Urnas Eletrônicas e de Lona. Os nomes de todos os filiados, aptos a votar, nas Seções Eleitorais com mais de 50 eleitores, encontram-se nas listas das urnas eletrônicas e, nas Seções com número de eleitores inferior a 50 filiados, encontram-se nas listas das urnas de lona. Caso o filiado eleitor encontrar-se fora do seu local de lotação, poderá votar nas urnas de lona, na forma de voto em separado.

Apresentamos a seguir os candidatos e os programas das duas Chapas inscritas e os 12 candidatos a Membros do Conselho Fiscal, cujas candidaturas foram homologadas, para que os filiados possam conhecê-los e decidir em qual ou quem votar.



LEMBRE-SE

é o voto de cada um que elegerá os que irão conduzir o nosso sindicato!

**PARTICIPE
ATIVAMENTE!**

DIRETORIA COLEGIADA



Costa Neto
Presidente
TRE/DF



Chico Xavier
Vice-Presidente
TJDF



Gisele Sérgio
Vice-Presidente
STJ

ASSUNTOS JURÍDICOS, TRABALHISTAS E PARLAMENTARES



Anderson Ferreira
TJDFT



Cledo Vieira
TRT 10



Chico Vaz
STJ

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Abdias Trajano
TJDFT



Arlete Ribeiro
TST



Ednete Bezerra
STJ

FORMAÇÃO E RELAÇÕES SINDICAIS



Alcides Carvalho
STJ



Igor Mariano
TSE



Osiel Ribeiro
STF

DIRETORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO



Soninha Cardoso
TJDFT



Suely Massala
MPF



Wallace Costa
JFDF

DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL



Gilson Teodoro
STM



Silvanildo Faria
TRF 1



Patrícia Peres
TJDFT

DIRETORIA DE ASSUNTOS REGIONAIS



Dory Brito
JF/RR



Henrique Rodrigues
JF/AC



João Beleza
JF/RO

SUPLENTES



Eiraldo Pimenta
TRF 1



Almera
TRT 10



Daniela Mendes
MPU/MPT



Meg Gomes
CNJ



Joaanis
TST



Jairo Bonfim
JF/TO

PROPOSTAS DA CHAPA 10 100% SERVIDORES PARA O SINDJUS CONTINUAR A CRESCER

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Atuação independente (apartidarismo e autonomia sobre administrações e governos);
2. Compromisso exclusivo com os interesses da categoria;
3. Austeridade, integridade e transparência na gestão;

VALORIZAÇÃO SALARIAL

1. Atuar junto ao STF e à PGR e cobrar o envio, até agosto de 2024, de PLs do PJU e MPU que assegurem reajustes acima da inflação, considerando as janelas e as restrições orçamentárias estabelecidas pelo arcabouço fiscal (LC 200/2023) e restrição de parcelamento para o governo seguinte (LC 101/2000 art. 21 alínea IV item b).
2. Trabalhar junto aos gestores do PJU e MPU para incluir provisão na proposta orçamentária dos órgãos e lutar pela aprovação de emendas à PLDO e PLOA necessárias para viabilizar a recomposição salarial dos servidores nos anos de 2025 e 2026.
3. Combater toda e qualquer medida que implique em redução salarial, bem como qualquer reforma que implique na retirada de nossos direitos;
4. Exigir o cumprimento da revisão salarial anual (art. 37, X, CF) - DATA-BASE, inclusive por meio de atuação legislativa e medidas judiciais;
5. Trabalhar em parceria com as demais entidades representativas dos servidores públicos pela criação e efetivação de uma política de valorização permanente do serviço público;
6. Exigir o reajuste anual dos auxílios alimentação e creche e de outros benefícios, acima da inflação;
7. Promover a realização de congressos, palestras e seminários para interagir e discutir as políticas remuneratórias dos servidores públicos.
8. Defender o aumento dos percentuais dos Adicionais de Qualificação e de Capacitação com o envio de PL ao Congresso Nacional, tendo como parâmetro os adicionais da Câmara, Senado e TCU;
9. Lutar pelo reconhecimento da GAJ e GAMPU como vencimento;
10. Lutar pela inclusão dos servidores do PJU e MPU na PEC 10/2023 (Antiga PEC63/2013) para concessão do Adicional por Tempo de Serviço;
11. Alteração na Lei 12.618/2012 para aumentar as possibilidades de contribuição patrocinada. Hoje, o máximo é 8% quando deveria ter opção de pelo menos até 14%;
12. Lutar pela equivalência remuneratória da nossa carreira com os cargos de mesmanatureza do Poder Legislativo e TCU e com os cargos do chamado ciclo de gestão do Poder Executivo;
13. Lutar para corrigir o erro da regra de cálculo das mulheres do RPPS;
14. Lutar pelo retorno do cálculo único da média aritmética do tempo contributivo para as aposentadorias especiais;
15. Lutar pela revogação da proibição do acúmulo de recebimento integral do valor da pensão e da aposentadoria;
16. Lutar pelo retorno do cálculo de 100% do valor da pensão até o valor do teto do RGPS;
17. Lutar pela aplicação do cálculo da média de 80% para PCDs conforme determinado no art. 22 da EC 103/2019 em cumprimento ao Acórdão TCU 1368 de 07/2023.
18. Lutar pela declaração de inconstitucionalidade do art. 35 da EC 103/2019 que revogou todas as regras transitórias de aposentadoria existentes, como as EC 20, 41 e 47;
19. Lutar pela extinção da previsão legal, já implementada pela EC 103/2019 em caso de déficit previdenciário, de novas alíquotas ordinárias e extraordinárias para servidores ativos, aposentados e pensionistas.
20. Instituir uma premiação financeira anual aos servidores lotados nos tribunais que obtiverem certificação de qualidade do CNJ;

CARREIRA E PROJETOS DE REESTRUTURAÇÃO

1. Debater e promover a próxima campanha salarial e elaborar, com a participação de representantes de toda a categoria e assessoria técnica, plano de reestruturação das Carreiras do PJU e MPU, tendo como parâmetro as carreiras do Senado, Câmara e TCU;
2. Discutir com os núcleos dos cargos de Auxiliares, Técnicos e Analistas, a reestruturação dos cargos, de modo a corrigir distorções e a promover a valorização de todos os segmentos específicos.

3. Equalizar as demandas e interesses de toda a categoria de modo a construir um plano de carreira que, na medida do possível, contemple as reivindicações específicas de cada cargo;
4. Promover ampla discussão e debate sobre carreira em todos os locais de trabalho, a fim de que a categoria decida de forma soberana a posição oficial do Sindjus, levando as propostas ao STF, ao Fórum Permanente no CNJ e, no âmbito do MPU, ao CNMP e PGR;
5. Buscar o reconhecimento das carreiras do PJU e MPU como carreiras típicas de Estado;
6. Discutir a atualização a definição das atribuições de cada cargo;
7. Trabalhar pela regulamentação do Adicional de Atividade Penosa;
8. Lutar pelo reenquadramento dos Auxiliares Judiciários remanescentes;
9. Lutar pelo direito de advogar aos servidores do PJU e MPU, bacharéis em Direito, com o devido registro na OAB;
10. Lutar pela acumulação de cargos públicos de técnico com o de professor, nos termos da PEC 169/2019;
11. Lutar pelo direito de acumular o exercício da profissão aos servidores engenheiros, contadores, entre outros profissionais técnicos;
12. Lutar pela possibilidade do servidor público abrir Micro Empresa Individual - MEI;
13. Requerer aos órgãos e lutar pela implantação da jornada de 6 horas diárias em todo o Judiciário e MPU sem redução salarial;
14. Intensificar a fiscalização junto aos órgãos com relação à ocupação de FC's e de cargos em comissão por servidores efetivos, a fim de exigir o cumprimento da lei;
15. Solicitar aos órgãos para que estabeleçam critérios objetivos e justos para a ocupação de cargos em comissão e funções em todos os tribunais e no MPU;
16. Lutar contra a quebra da estabilidade no serviço público;
17. Atuar contra a extinção de cargos e o avanço da terceirização;
18. Lutar pela autonomia do Poder Judiciário e MPU e pelo orçamento adequado;
19. Lutar pela manutenção e ampliação dos regimes de teletrabalho e trabalho remoto;
20. Defender cursos de formação e capacitação para os servidores, inclusive voltados a novas tecnologias;
21. Priorizar e valorizar os instrutores internos na oferta dos cursos de capacitação;
22. Promover e defender ações e projetos de valorização para retenção do capital intelectual dos profissionais de TI;
23. Cumulação da FC com a GAS e direito à percepção da GAS na aposentadoria;
24. Porte de arma, equipamentos e uniformes adequados e treinamento para os Policiais Judiciais e do MPU.
25. Maior capacitação e valorização da instrutoria interna;
26. Continuar os avanços relativos à Polícia Judicial nos tribunais, com a aprovação do PL 2447/2022;
27. Dar prosseguimento ao trabalho pelo fortalecimento das Polícias Judicial e do MPU; 28 - Inclusão da polícia judicial e da polícia do MPU na PEC do Regime Jurídico Policial.

DIREITOS DOS SERVIDORES

1. Lutar pelo pagamento de todos os passivos;
2. Intensificar o trabalho jurídico para assegurar o pagamento dos 13,23% aos servidores da base do Sindjus;
3. Dar continuidade às execuções do RRA, Auxílio pré-escolar e Quintos;
4. Trabalhar pela rejeição e arquivamento da Reforma Administrativa (PEC 32/2020);
5. Defender o direito de greve sem prejuízo na remuneração;
6. Defender o concurso público e a criação de cargos no Judiciário e no MPU;
7. Lutar pelo direito à aposentadoria especial pela média aritmética nos moldes do regime anterior.
8. Lutar pelo retorno das regras transitórias de aposentadoria das EC 41, 45 e 47 extintas pela EC 103;
9. Luta pela aplicação do cálculo da aposentadoria dos PCD conforme a média de 80%;
10. Mudança da regra cálculo das mulheres do regime próprio;
11. Luta pelo retorno do cálculo de 100% da pensão por morte até o teto do RGPS;
12. Revogação da proibição do acúmulo de pensão e aposentadoria instituído pelo artigo 24 da EC 103;
13. Extinção da previsão de novas alíquotas ordinárias e extraordinárias, para ativos, aposentados e pensionistas, implementados pela EC 103 em caso de déficit orçamentário;
14. Propor ampliação de 02 (duas) Vagas de Conselheiros do CNJ para contemplar representantes dos Servidores do PJU e PJE eleitos por votos dos servidores judiciais federais e estaduais;
15. Acompanhar e otimizar os Projetos de Lei que visam a Regular o Fundo Judicial Federal buscando as melhores condições de trabalho aos servidores do PJU;
16. Atuar pela atualização da legislação sobre a questão do IR em relação ao BE;
17. Trabalhar pela volta da transposição.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

1. Lutar pela criação do Auxílio-Social ou Nutricional para aposentados e pensionistas;
2. Lutar pelo fim da cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados/pensionistas, com a aprovação da PEC 555/2006 e PEC 06/2024;
3. Realizar eventos periódicos de integração, sejam culturais, esportivos ou de lazer, para os aposentados e pensionistas;
4. Dar continuidade à luta pela manutenção definitiva dos benefícios relativos à opção do Art.193;
5. Concentrar esforços na ação do PIS/PASEP e em outras relacionadas aos direitos dos aposentados;
6. Criação da Comissão Permanente de Previdência do Servidor;
7. Criação do Núcleo de Aposentados
8. Lutar para que os aposentados e pensionistas recebam auxílio alimentação ou outra forma de compensação
9. Lutar pela manutenção do auxílio-creche na aposentadoria para servidores com filhos deficientes;
10. Propor no Congresso do Sindjus a criação da Diretoria de Aposentados;
11. Lutar pela manutenção dos aposentados com acesso à intranet, e-mail, atendimento no serviço médico, carteira funcional entre outros direitos.

SAÚDE DO SERVIDOR

1. Fiscalizar a utilização dos recursos destinados aos programas de assistência à saúde e benefícios sociais, bem como o custeio dos serviços, e exigir paridade entre servidores e representantes da administração na composição dos conselhos deliberativos dos programas;
2. Cobrar a destinação e uso correto dos recursos, a fim de evitar que o servidor seja penalizado com aumentos abusivos dos planos de saúde;
3. Criar um ambiente favorável para o servidor em teletrabalho e trabalho remoto;
4. Realizar campanhas, palestras e eventos com foco na saúde do servidor;
5. Pela implementação do Auxílio Saúde em todos os tribunais e MPU;
6. Trabalhar parcerias com planos de saúde e convênios para os servidores do PJU e MPU;
7. Lutar pela implementação do auxílio saúde em todo PJU e MPU equiparando os valores repassados aos servidores aos dos magistrados e membros;

8. Trabalhar na criação e implementação de projetos educacionais de qualidade de vida para a categoria;
9. Ampliação do credenciamento de médicos especialistas e da rede credenciada pelo Pró-Social nos estados de Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins, e trabalhar para o estabelecimento de convênio com o GEAP;
10. Criação da Comissão Permanente de Saúde do Servidor;
11. Lutar para criar a comissão de acidente de trabalho nos órgãos e trabalhar por uma legislação que ampare o servidor em caso de acidente de trabalho.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Fazer gestões para a implantação, manutenção e reativação de creches e berçários nos órgãos do Judiciário e MPU;
2. Incentivar a criação de projetos de sustentabilidade nos locais de trabalho;
3. Propor juntamente com as associações a adoção de ações pelos órgãos do PJU e do MPU que garantam melhor qualidade de vida e bem-estar aos servidores;
4. Exigir mais segurança para os servidores nos estacionamentos e áreas externas dos tribunais e do MPU;
5. Lutar por condições dignas de trabalho e pela garantia do adicional de penosidade, insalubridade e periculosidade.
6. Criação da Comissão Permanente de Combate ao Assédio Moral e Sexual;
7. Criação da Comissão Permanente de Defesa e Apoio ao Teletrabalho;
8. Regulamentação do adicional de penosidade, conforme art. 7º, XXIII, da CF/88 e 71 da Lei 8.112/90.

SINDICATO 100% SERVIDORES

1. Garantir a democracia na gestão do sindicato (tomada de decisões em conjunto e por todo o colegiado, inclusive com a participação dos suplentes);
2. Defender o Sindjus da ingerência político-partidária e de Administrações;
3. Regulamentar o código de ética para defender o sindicato de ataques externos ou internos, preservando sua imagem;
4. Lutar pela democratização do Poder Judiciário e MPU a fim de garantir assento e participação de representantes da nossa categoria, com paridade, nos Conselhos e Comissões;
5. Fortalecer e ampliar as parcerias e promover cada vez mais a aproximação e discussão com as associações de servidores;
6. Estimular a ampla participação da categoria nos processos decisórios;

7. Respeitar a soberania da categoria (cumprir as decisões das instâncias deliberativas);
8. Zelar pelo compromisso com a entidade, respeitando e se submetendo às decisões de suas instâncias;
9. Manter total transparência nas ações do Sindjus-DF;
10. Manter a proibição de doações financeiras para entidades e movimentos sem vínculo com o PJU e MPU.

PARTICIPAÇÃO DOS FILIADOS

1. Promover e estimular a participação dos filiados nas eleições da diretoria da entidade, do conselho fiscal e para delegado sindical, bem como nos núcleos;
2. Criação e ampliação dos seguintes Núcleos de: Analistas, Técnicos, Auxiliares, Policiais Judiciais/Policiais do MPU, Servidores de TI, Aposentados e Inclusão.
3. Propor a realização de eleições para escolha dos diretores gerais de cada tribunal, com consulta aos servidores do quadro para indicação de lista tríplice aos presidentes como sugestão para nomeação de servidor efetivo para o cargo de diretor-geral;
4. Ampliar o debate com a categoria em cada local de trabalho a respeito de demandas específicas e coletivas (assembleias setoriais);
5. Ampliar a participação e manifestação dos servidores por meio de consultas virtuais;
6. Promover a criação e o funcionamento efetivo dos núcleos de Analistas, Técnicos e Auxiliares, Policiais Judiciais e do MPU, Aposentados e de Inclusão;
7. Realizar cursos de formação e encontros de Delegados Sindicais;
8. Realização de concurso entre os filiados para instituir a bandeira do Sindjus;

FORTALECIMENTO DA CATEGORIA

1. Lutar contra a fragmentação e pela unidade da categoria;
2. Intensificar campanha em defesa e fortalecimento da Justiça Eleitoral;
3. Ampliar a campanha em defesa da Justiça do Trabalho;
4. Fazer consultas e levantamento das demandas específicas dos servidores em cada local de trabalho para dar o devido encaminhamento;
5. Promover campanhas de conscientização e atos em defesa do serviço público em conjunto com as demais entidades sindicais e da sociedade civil;
6. Lutar contra a terceirização dos serviços públicos;

7. Promover campanhas de valorização dos servidores públicos, em especial, os do Judiciário e MPU, a fim de que a sociedade compreenda a importância do trabalho que desenvolvem e a necessidade de manter esses servidores valorizados e bem remunerados;
8. Promover campanhas de valorização da história da nossa categoria, celebrando fatos marcantes;
9. Criar a Medalha de Mérito Sindjus para conceder a comenda a pessoas que prestaram relevantes serviços à categoria.

COMUNICAÇÃO SINDICAL

1. Aprimorar os canais de comunicação entre o sindicato e a base;
2. Fortalecer a comunicação direta com os servidores, por meio das redes sociais e aplicativos;
3. Publicar boletim e balanço periódico com as principais atividades do sindicato;
4. Intensificar o envio de matérias e boletim eletrônico aos filiados por e-mail;
5. Aprimorar a produção de conteúdo para a Rádio e a TV SINDJUS;
6. Lançar a Revista Digital SINDJUS Científica, com registro ISSN, para publicação de artigos científicos produzidos pelos Servidores do PJU e MPU nas especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorado.

OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA

1. Zelar pela manutenção e conservação da nova sede social do Sindjus;
2. Firmar e ampliar convênios com instituições culturais, associações parceiras e clubes, a exemplo da ASCADE, ASSEFE e ASTCU, além de AABB e SESC para a base do TO/AC/RR/RO, para viabilizar a adesão dos servidores do Judiciário e MPU;
3. Fortalecer o Sindjus-Club que possibilita aos filiados o acesso a um grande clube de benefícios, com milhares de convênios e vantagens exclusivas;
4. Ampliar a oferta da Promoção Tanque Cheio e implantá-la nos estados do Norte;
5. Realizar campanha de filiação e fortalecimento do sindicato;
6. Ampliar ainda mais a estrutura de lazer do CEFIS, incluindo a criação da Lojinha de Conveniência Sindjus;
7. Disponibilizar transporte em datas especiais para os filiados conhecerem o CEFIS;

8. Aperfeiçoar os serviços de assistência jurídica;
9. Divulgar periodicamente relatório sobre as ações judiciais coletivas promovidas pelo sindicato;
10. Criar o projeto Sindjus Itinerante, de modo a levar o sindicato a cada órgão e estados da sua base, por meio de palestras, serviços e atividades;
11. Promover palestras e assessoria financeira e contábil aos filiados, na área de economia financeira, com orientações sobre Imposto de Renda.
12. Revitalização e melhorias dos Clubes e espaços de lazer dos Estados do Norte.

CULTURA, ESPORTE E LAZER

1. Realizar eventos e atividades socioculturais, esportivas e de lazer;
2. Realizar e apoiar atividades de integração e bem estar, a exemplo dos Jogos do Judiciário e MPU; Olimpíadas do Trabalho, Olimpíada dos Tribunais e MPU, caminhadas e passeios ciclísticos, dentre outros;
3. Promover campanhas contra o sedentarismo;
4. Promover a inclusão das pessoas com deficiência em todas as atividades culturais, esportivas e recreativas promovidas pelo Sindjus.

PELA IGUALDADE E CONTRA O ASSÉDIO E O RACISMO

1. Combater todo e qualquer tipo de discriminação, preconceito e racismo;
2. Lutar contra todas as formas de assédio e realizar seminários e campanhas para debater a questão do assédio moral no serviço público;
3. Promover campanhas contra o feminicídio e a violência doméstica;
4. Fortalecer o Núcleo de Inclusão, defendendo os interesses desse segmento e promovendo uma cultura inclusiva por meio de diversas ações integradas e constantes campanhas de conscientização;
5. Lutar para que mais mulheres assumam cargos de destaque no Poder Judiciário e MPU, como em diretorias e secretarias-gerais, na Diretoria do Sindjus e no Conselho de Delegados Sindicais;
6. Combater o assédio moral, sexual, organizacional e a discriminação racial no PJU e MPU, com a Intensificação dos trabalhos da Comissão de Enfrentamento, visitas nos locais de trabalho, a fim de apurar e coibir tais práticas contra os servidores;
7. Criação da Comissão Permanente de Inclusão, Diversidade e Equidade.

ELEIÇÕES
2024
SINDJUS



DIRETORIA COLEGIADA



Fernando Freitas
Presidente
TJDFT



Gláucia Sena
Vice-Presidente
TJDFT



João Carlos Machado
Vice-Presidente
TRT 10ª Região

DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS, TRABALHISTAS E PARLAMENTARES



Adolfo Martins dos Santos
TRT 10ª região



José Alancardete C. dos Santos
TJDFT



Márcio Carneiro Rodrigues
TSE

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Adalberto Roberto Ribeiro Junior
TJDFT



Aleixo Torquato dos Santos
TRT 10ª Região



Manoel Marques da Silva
STF

DIRETORIA DE FORMAÇÃO E RELAÇÕES SINDICAIS



Antonio Cesar da Silva Medeiros
TSE



Cassio Americo da Silva
PGR/MPF



Roney Marcelino da Silva
TJDFT

DIRETORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO



Joaquina Alves de Abreu
STM



Joíra Coelho Furquim
MPDFT



Marcio Denilson de Sousa Moraes
STF

DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL



Antônio Carlos Mação
MPDFT



Cleiton Amaury da Cruz Dias
MPF



Jorge Paulo Alencar da Silva
STJ

DIRETORIA DE ASSUNTOS REGIONAIS



Felipe Teixeira
TRERondônia



Jamil Januário
TRE Rondônia



Carlos Alberto Cidral
TRE - Acre

SUPLENTES



Tiago dos Santos Carvalho
TRF



Sebastiana Nunes Barbosa
MPDFT



Francisco de Assis de Lima
STF



Heraldo Maciel França Madeira
TST



Cecília Shizue Fujita dos Reis
MPDFT



Jean Carlos Alves dos Anjos
TRE - Rondônia

PROPOSTAS DA CHAPA **20**

SINDJUS PODE MUITO MAIS!

Por um sindicato de atitude para defender todos os servidores do PJU e do MPU e com coragem para lutar! **Omissão nunca mais!**

1. Reestruturação das carreiras das servidoras e servidores do Judiciário e MPU, com debates em todos os órgãos para levantamento de propostas em até 90 dias após a posse;
2. Reestruturação da remuneração das servidoras e servidores do Judiciário e do MPU tendo como parâmetro carreiras como a Receita Federal, a Câmara e o Senado;
3. Incremento do Adicional de Qualificação como está estabelecido para os servidores do Senado Federal, com possibilidade de acumulação até 30%. Conheça a proposta em material específico;
4. Criação de uma escola de formação para os servidores do Judiciário e MPU, com oferta de pós-graduação, mestrado e doutorado em convênios com entidades públicas e particulares, assim como turmas fechadas para os filiados;
5. Critérios objetivos para ocupação de funções comissionadas e cargos em comissão; ocupação exclusiva por servidores do PJU e MPU;
6. Critérios objetivos para concessão de licença capacitação e liberação para fazer cursos do AQT em horário de expediente;
7. Bônus (remuneração) para tribunais com selo do CNJ, como realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em dezembro de 2023;
8. Atuação jurídica estratégica e transparente na defesa do pagamento dos 13,23%, com pedido imediato para revogar a atual suspensão das execuções, voltando o trâmite regular;
9. Criação do núcleo jurídico permanente contra o assédio moral e sexual nos órgãos do PJU e MPU;
10. Melhoria do atendimento e ampliação da Assessoria Jurídica;
11. Reunificação da categoria, retomando a atuação do SINDJUS/DF com os sindicatos da categoria de todo o Brasil
12. Auxílio-saúde integral para todos os tribunais e para o MPU, inclusive órgãos do PJU na região Norte, com isonomia de tratamento entre servidores e membros; e fortalecimento dos planos de saúde de autogestão;
13. Ampliação do percentual de servidores em teletrabalho, com possibilidade de trabalho fora do DF, garantido o atendimento à população;
14. Auxílio nutrição para aposentados e luta pela aprovação da PEC 555 – contra a taxação da aposentadoria
15. Transformação do auxílio creche em auxílio educação, possibilitando o recebimento para dependentes até os 18 anos ou conclusão do ensino médio;
16. Possibilidade de vender 1/3 de férias, a critério do servidor;
17. Ampliação e melhoria dos convênios, com ampla divulgação e mecanismos facilitados de utilização;
18. Criação do banco de permutas e redistribuição de servidores entre órgãos do PJU/MPU no DF e nacionalmente;
19. Atividades culturais gratuitas regulares para filiados e dependentes, com atividades descentralizadas;
20. Alteração legislativa para o pagamento de horas extras em pecúnia aos servidores do PJU e MPU.

CONSELHO FISCAL



501

**Hilvio Maciel
Carvalho**
TST



502

**Júlio Horta
Barbosa da Silva**
TJDFT



503

**Altevi Oliveira
da Costa**
TRT 10ª



504

**Antônio
Matoso Filho**
STJ



505

**Devair de
Souza Lima**
TJDFT



506

**Edilson Ricardo
da Silva**
TSE



507

**Laercio Bernardes
dos Reis**
MPF



508

**Paulo Henrique
Trindade de Carvalho**
TJDFT



510

**Tércyo Dutra
de Souza**
STJ



511

**Bruno Vieira
Batista de Souza**
TJDFT



512

**Carlos José
Lopes Beserra**
MPF



514

**Eliomar Borges
de Jesus**
TRF 1ª



ELEIÇÕES

20

24

SINDJUS
TRIENIO - 2024 a 2027

**COMISSÃO
ELEITORAL**

TRIÊNIO - 2024 a 2027

ELEIÇÕES

2024

SINDJUS

TRIÊNIO - 2024 a 2027

COMUNICADO IMPORTANTE

**Serão realizadas as
Eleições do SINDJUS-DF,
no dia 02 de abril de 2024,
nos locais de trabalho
dos filiados ao Sindicato**

**02 de abril
das 9 às 18 horas**

**É o voto de cada
um que elegerá os
que irão conduzir
o nosso sindicato!**



**Participe!!!
VOTE!!!**

SINDJUS